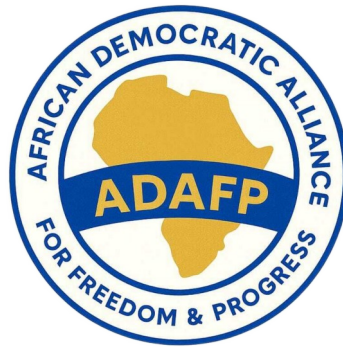




ALIANÇA DEMOCRÁTICA AFRICANA PELA LIBERDADE E O PROGRESSO

ADAFP

NOTA DE POLÍTICA

A xenofobia na África do Sul:

Por que a integração africana é a única resposta sustentável

Publicado pela Aliança Democrática Africana pela Liberdade e o Progresso (ADAFP)

julho de 2026

RESUMO EXECUTIVO

Esta nota de política, produzida pela Aliança Democrática Africana pela Liberdade e o Progresso (ADAFP), aborda uma das crises mais urgentes com que se confrontam a África do Sul e o continente: o ciclo recorrente e crescente de violências xenófobas contra cidadãos africanos.

O argumento central da ADAFP é o seguinte: **a xenofobia não é um problema de imigração — é um fracasso de governação e de desenvolvimento**. A sua solução não reside nos muros, nas deportações ou na violência de grupos de autodefesa. Reside na integração africana, numa gestão legal e ordenada da imigração, e na transformação económica que faz das parcerias africanas da África do Sul o seu maior trunfo e não um encargo político.

Dados-chave

406 incidentes xenófobos verificados registados entre 2022 e 2025, dos quais **151 apenas em 2025** — o valor anual mais elevado alguma vez registado. *(Xenowatch / Mobility Governance Lab, 2026)*

O desemprego jovem na África do Sul situa-se em **32,9%** — resultado de falhas de governação e de estagnação económica estrutural, e não da imigração. *(Statistics South Africa, 2025)*

Os viajantes africanos representam **4 em cada 5** das chegadas dos 10,5 milhões de turistas da África do Sul (2025). A xenofobia está a prejudicar directamente o sector que sustenta **mais de um milhão de empregos**. *(South African Tourism, 2025)*

No cenário de plena implementação da ZLECAf, o PIB da África do Sul será **9% maior em 2043** — ou seja, **54 mil milhões de dólares adicionais** e milhões de novos empregos. É este o dividendo económico que a xenofobia está a colocar em risco. *(ISS African Futures / UNECA, 2025)*

Conclusões principais

- As violências xenófobas na África do Sul seguem um ciclo bem documentado de bodes expiatórios políticos e de cumplicidade do Estado. Trata-se de uma **empresa política**, e não de uma resposta espontânea das comunidades.
- As verdadeiras causas do desemprego, da criminalidade e das falhas na prestação de serviços na África do Sul são as **falhas de governação, a corrupção e uma estrutura económica não reformada** — e não a presença de migrantes africanos.
- **A integração africana beneficia primeiro os sul-africanos**. As exportações de veículos para África cresceram 12,4% em 2024. A ZLECAf oferece acesso a um mercado de 3,4 biliões de dólares em 54 países. A xenofobia corrói precisamente a boa vontade de que esta estratégia depende.
- **Uma imigração legal, ordenada e gerida digitalmente** — e não fronteiras abertas — é o que a ADAFP defende. O actual caos burocrático alimenta a migração irregular e os movimentos de vigilantismo que a exploram.
- **O Ubuntu e a dignidade humana** — consagrados na Constituição da África do Sul — exigem que todas as pessoas no solo sul-africano sejam tratadas com respeito, independentemente da sua nacionalidade. A xenofobia não é apenas um fracasso político; é um fracasso civilizacional.

Recomendações principais (resumo)

- **BOSA:** Desenvolver uma plataforma migratória com custos estimados e baseada nos direitos; activar o Think Tank da UJ; liderar a campanha de ratificação do Protocolo de Livre Circulação da UA.
- **Partidos democráticos e liberais (DA, GOOD):** Condenar formalmente as organizações de vigilantismo; recusar a retórica anti-imigração com fins eleitorais; defender a ZLECAf como estratégia de emprego.
- **Governo sul-africano:** Processar os autores de violências; retirar legitimidade aos grupos de autodefesa; implementar um Plano de Acção Nacional credível; ratificar o Protocolo de Livre Circulação da UA.
- **Sociedade civil:** Expandir a documentação; prosseguir litigância estratégica; construir redes de defesa continentais.
- **União Africana:** Invocar os mecanismos de revisão pelos pares; acelerar a infra-estrutura da ZLECAf; proteger os africanos no estrangeiro.
- **Chefes de Estado africanos:** Falar a uma só voz na Cimeira da UA; investir no desenvolvimento nacional; defender a livre circulação intra-africana.

PREÂMBULO

A Aliança Democrática Africana pela Liberdade e o Progresso (ADAFP) é uma aliança democrática continental que reúne mais de 45 partidos políticos e movimentos em 25 países africanos, comprometidos com os ideais de liberdade individual, justiça social, Estado de Direito e solidariedade pan-africana. A ADAFP é uma defensora pioneira da aceleração da integração africana e tem defendido consistentemente a livre circulação de pessoas, bens e capitais em todo o continente como um direito fundamental e um imperativo económico.

Esta nota de política aborda uma das crises mais urgentes que ameaçam o projecto democrático africano: as vagas recorrentes e crescentes de violência xenófoba na África do Sul. A ADAFP não vê esta crise apenas como um problema interno de ordem pública. Vemo-la como um desafio político, económico e civilizacional — que atinge o cerne da agenda de integração continental, fragiliza a democracia liberal, prejudica a reputação internacional da África do Sul e causa danos mensuráveis à sua economia, ao seu sector turístico e às suas relações comerciais e diplomáticas com os parceiros africanos.

Esta nota baseia-se na declaração oficial da ADAFP condenando a violência anti-imigrante na África do Sul (maio de 2026), na Declaração da ADAFP por ocasião do Dia de África (25 de maio de 2026), na primeira edição da **Revista de Integração Africana**, no discurso do Dr. Mmusi Maimane em Constitution Hill, no Relatório Anual da ADAFP sobre Segurança e Democracia em África 2026, e em trabalhos académicos e de política pública coordenados pelo **Think Tank da ADAFP na Universidade de Joanesburgo** sob a direcção do **Dr. Khulu Mbatha**. Demonstra que a integração africana profunda — e não muros, deportações ou violência de grupos de autodefesa — é o único caminho capaz de abordar as raízes estruturais da xenofobia, proporcionando ao mesmo tempo prosperidade aos sul-africanos e a todos os africanos.

I. A CRISE: A XENOFOBIA COMO AMEAÇA SISTÊMICA PARA A ÁFRICA DO SUL

1.1 A dimensão e o padrão da violência

A xenofobia na África do Sul não é um fenómeno novo. Desde a transição democrática de 1994, a violência contra cidadãos estrangeiros — em particular migrantes africanos — tornou-se uma característica tragicamente recorrente da vida sul-africana. Os grandes episódios de 2008 (pelo menos 62 mortos), 2015, 2019 e agora a crise em escalada de 2025-2026 seguem um ciclo bem documentado: ansiedade económica, bodes expiatórios políticos, mobilização de grupos de autodefesa, ambivalência do Estado e violência esporádica, seguidos de uma resposta institucional insuficiente.

A fase mais recente é qualitativamente mais alarmante. As organizações de investigação que acompanham os incidentes de discriminação xenófoba documentaram **406 incidentes verificados entre 2022 e 2025, com 151 incidentes apenas em 2025** — o número anual mais elevado alguma vez registado. Nos primeiros cinco meses de 2026, foram registados mais 22 incidentes verificados, dos quais 14 foram ataques violentos ocorridos directamente na sequência de manifestações anti-imigrante. Pelo menos quatro pessoas foram mortas neste período, e centenas de outras foram deslocadas das suas casas, lojas e locais de trabalho.

Organizações anti-imigrante como a **Operation Dudula** (agora registada como partido político) e a **March and March** levaram a cabo bloqueios sistemáticos de estabelecimentos de saúde pública no KwaZulu-Natal, Limpopo, Mpumalanga e Gauteng, negando o acesso de migrantes a pelo menos 53 clínicas. Não se trata de actos espontâneos de frustração comunitária. São campanhas organizadas e politicamente dirigidas que exploram deliberadamente as preocupações legítimas do público relativamente à prestação de serviços e ao desemprego.

1.2 Os factores estruturais: falha de governação, não imigração

A ADAFP regista com profunda preocupação a tendência bem documentada dos actores políticos sul-africanos — incluindo ao mais alto nível governamental — para atribuir os problemas estruturais do país à presença de cidadãos estrangeiros. Os dados não suportam esta narrativa.

A África do Sul enfrenta desafios socioeconómicos reais e graves: uma taxa de desemprego de aproximadamente **32,9% entre os jovens em 2025**, um fraco crescimento económico que mal atingiu **1% em média entre 2012 e 2021**, aumento da criminalidade, aprofundamento das desigualdades e uma falha persistente na prestação de serviços públicos. Estes são os produtos de décadas de falha de governação, corrupção, investimento insuficiente em capital humano e uma estrutura económica não reformada que continua a excluir a maioria da população.

A ADAFP dirige-se directamente à preocupação dos eleitores sul-africanos: com o desemprego jovem a 32,9%, falar de fronteiras abertas pode parecer ameaçador. A nossa mensagem é clara — a integração africana não é um presente para os outros. É a única estratégia credível para criar os empregos e as receitas fiscais de que a África do Sul necessita para financiar as suas próprias escolas, hospitais e serviços. O cenário ZLECAf acrescenta 54 mil milhões de dólares ao PIB da África do Sul e milhões de empregos até 2043. A xenofobia coloca este dividendo em risco. Os sul-africanos que querem mais empregos, melhores serviços e uma economia mais forte têm todas as razões para defender a integração — e todas as razões para rejeitar a falsa promessa da política anti-imigração.

As investigações mostram consistentemente que os cidadãos que expressam sentimentos anti-imigrante estão, no fundo, frustrados com o **desempenho insuficiente do governo** e não com uma hostilidade étnica genuína em relação aos estrangeiros. Culpar os migrantes pela criminalidade, pelo desemprego e pela escassez de recursos é o que os investigadores descrevem como resultado de **narrativas falsas promovidas em condições de escassez económica** — narrativas que redireccionam convenientemente a raiva pública do Estado e das suas falhas para uma população vulnerável incapaz de se defender politicamente.

«A instrumentalização da imigração ilegal como ameaça à segurança nacional, que frequentemente assenta em alegações infundadas sobre a criminalidade inerente dos cidadãos estrangeiros, confere um verniz oficial a uma xenofobia governamental profundamente enraizada.» — Southern African Migration Project

1.3 A cumplicidade do Estado: uma emergência democrática

Talvez o desenvolvimento mais alarmante do ciclo 2025-2026 seja a crescente evidência de **cumplicidade do Estado** na violência xenófoba — não apenas por inacção, mas pela legitimação activa de movimentos anti-imigrante.

Os investigadores que fundaram a Xenowatch e o Mobility Governance Lab documentaram que a xenofobia na África do Sul não é apenas um fenómeno de base alimentado por comunidades frustradas. É uma **empresa política coproduzida por grupos de autodefesa e pelo Estado** através de actos de comissão e omissão. Estes incluem: a falta de censura a quem exclui através da violência; políticas e práticas migratórias que demonizam os cidadãos estrangeiros; e a concessão de legitimidade política a organizações anti-imigrante.

A 25 de maio de 2026 — no próprio Dia de África — altos responsáveis governamentais realizaram uma reunião de alto nível no Union Buildings com a direcção da March and March e organizações similares. Ao conceder a estes grupos acesso ao mais alto cargo político, o Estado conferiu-lhes legitimidade, permitindo que os seus ultimatos fossem transmitidos na televisão e rádio nacionais como se representassem exigências políticas legítimas. O SAPS e a Polícia Metropolitana terão celebrado acordos informais de não interferência nas operações da March and March em certas zonas.

A principal resposta política do governo — o **Plano de Acção Nacional para Combater o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Conexa** — foi caracterizado por analistas independentes como sendo, em substância, um plano de acção sem plano. Das suas 67 páginas, apenas nove delineiam acções concretas. A sua maior iniciativa operacional, a **Operation Fiela**, resultou em polícias que extorquiam subornos a migrantes e em perda de actividade económica e receitas fiscais — com grande custo para os valores constitucionais da África do Sul e para a sua imagem internacional.

Esta situação constitui uma emergência democrática. Como a ADAFP afirmou na sua declaração oficial de maio de 2026, quando um governo condena simultaneamente a violência xenófoba e valida o enquadramento político que a produz, cria as condições em que a próxima vaga de violência é inevitável.

II. ORDEM LEGAL, DIGNIDADE HUMANA E UBUNTU: O QUADRO CONSTITUCIONAL

2.1 Imigração legal e ordenada: o que a ADAFP defende efectivamente

A posição da ADAFP é frequentemente distorcida, e é importante enunciá-la com clareza. **A ADAFP não defende fronteiras abertas nem uma imigração ilimitada e não gerida.** Defendemos uma imigração **legal, ordenada, gerida digitalmente e administrada de forma transparente** — e um sistema de imigração efectivamente capaz de produzir estes resultados.

O problema fundamental do actual sistema de imigração da África do Sul não é que seja demasiado permissivo. É que é **disfuncional**. O Departamento dos Assuntos Internos opera com atrasos crónicos, procedimentos opacos, requisitos administrativos impraticáveis e corrupção endémica nas suas próprias fileiras. O resultado é que muitos migrantes que reuniram as condições para obter estatuto legal não o conseguem — não porque não tenham direito a ele, mas porque o sistema torna a regularização praticamente impossível. Este caos burocrático é o que alimenta a migração irregular. É também o que fornece o oxigénio político de que os movimentos de vigilantismo se nutrem.

A resposta à migração irregular não é a violência dos grupos de autodefesa — é um sistema de imigração funcional, digital e transparente. Quando as pessoas conseguem regularizar a sua situação de forma eficiente e acessível, a migração irregular diminui. Quando o sistema está quebrado, cria precisamente as condições que os movimentos anti-imigrante exploram. Reformemos o sistema; desmantelemos as milícias.

A ADAFP apela, por conseguinte, à **digitalização e modernização completas da administração da imigração** da África do Sul — pedidos online, registo biométrico, prazos de tramitação claros, supervisão independente e tolerância zero para a corrupção no Departamento dos Assuntos Internos. Um migrante legalmente registado, que paga impostos e contribui para a economia, não é um problema. Um sistema defeituoso que torna o registo impossível é o problema.

A África do Sul tem o direito e a responsabilidade de saber quem se encontra no seu território, de fazer cumprir as suas leis de imigração e de remover aqueles que não têm direito legal a permanecer — mediante processo legal, com dignidade e sem violência. Estas são funções legítimas do Estado. O que não é legítimo é a delegação dessas funções em grupos civis armados que operam fora de qualquer quadro constitucional, sem supervisão judicial e com a aquiescência do Estado. O controlo da imigração é uma função do Estado. Assim deve permanecer.

2.2 A dignidade humana, o Ubuntu e o imperativo constitucional

A Constituição da África do Sul — uma das mais progressistas do mundo — coloca a **dignidade humana** no cume do seu sistema de valores. A Secção 10 declara que «todos têm dignidade inerente e o direito de ter a sua dignidade respeitada e protegida». A Secção 9 garante a igualdade perante a lei a «todos» — e não apenas aos cidadãos. Não se trata de declarações de intenção. São direitos justiciáveis, aplicáveis em tribunal, a todas as pessoas no solo sul-africano, independentemente da sua nacionalidade, situação migratória ou país de origem.

A violência xenófoba não é, por isso, apenas um fracasso político ou um erro de cálculo económico. É uma **violação constitucional** — um ataque directo aos valores fundadores da ordem democrática que os sul-africanos construíram através da sua luta de libertação e consagraram em 1996. Cada ataque a um cidadão estrangeiro, cada bloqueio de uma clínica, cada expulsão sob ameaça de violência é um acto que contradiz a identidade constitucional do Estado sul-africano.

Mas o argumento contra a xenofobia na África do Sul não assenta apenas no direito constitucional. Assenta igualmente no **Ubuntu** — o quadro filosófico e ético africano autóctone que a África do Sul adoptou como um dos seus valores nacionais fundadores. Ubuntu — *umuntu ngumuntu ngabantu*, «uma pessoa é uma pessoa através das outras pessoas» — não é um conceito paroquial ou etnicamente delimitado. É uma filosofia de interdependência humana radical. Defende que a dignidade de cada pessoa é inseparável da dignidade de todos. Não pode ser invocado de forma coerente em apoio de um projecto que nega a humanidade dos vizinhos africanos.

O Ubuntu não se detém na fronteira. Uma filosofia africana de solidariedade humana — que reconhece a personalidade e a dignidade de todos — não pode ser aplicada selectivamente apenas aos cidadãos. Uma África do Sul que verdadeiramente vive o Ubuntu vê em cada migrante africano não uma ameaça, mas um vizinho, um ser humano e um parceiro no projecto africano comum.

O elo entre Ubuntu, dignidade humana e integração africana não é acidental. É fundador. A visão de uma África sem fronteiras, integrada e próspera — a África da Agenda 2063 — é, no seu cerne, uma visão Ubuntu: um continente que reconhece a humanidade comum e o destino partilhado dos seus povos. A África do Sul, como lar da articulação mais celebrada do Ubuntu na vida política moderna, tem uma responsabilidade particular de viver essa visão — e não de se limitar a invocá-la retoricamente enquanto tolera a violência que a nega.

III. OS DANOS ECONÓMICOS, TURÍSTICOS E COMERCIAIS

3.1 A reacção continental

As consequências da crise xenófoba na África do Sul estendem-se muito para além das suas fronteiras. A reacção continental face às violências de 2025-2026 ameaça a indústria turística da África do Sul, as suas relações comerciais, a sua posição diplomática e o seu ambiente de investimento. Vários governos africanos — incluindo o Gana, a Nigéria, Moçambique e o Malawi — foram obrigados a assistir ou a evacuar nacionais afectados pela violência anti-imigrante. No Gana, manifestações públicas apelaram ao governo para reconsiderar os principais interesses comerciais da África do Sul, nomeadamente as operações mineiras da Gold Fields.

A África do Sul recebeu **10,5 milhões de turistas em 2025**, com os viajantes africanos a representar **quatro em cada cinco chegadas**, predominantemente de países da SADC e cada vez mais do Quénia e do Gana. O sector turístico contribui com aproximadamente **9% para o PIB da África do Sul** e sustenta **mais de um milhão de empregos**. Cada vaga de violência xenófoba — difundida nas redes sociais e nos meios de comunicação internacionais — funciona como um factor de dissuasão para os visitantes e investidores africanos.

Investigações académicas da Universidade de Joanesburgo (2024) confirmaram que **a xenofobia tornou a África do Sul sensivelmente menos atractiva como destino turístico**, resultando em perdas de receitas verificáveis. A xenofobia contradiz a imagem que a África do Sul procura promover — a de uma «nação arco-íris» e lar espiritual do **Ubuntu**.

3.2 O comércio e o investimento em risco

A África do Sul é **o maior investidor externo entre os países africanos** e o maior exportador continental de produtos manufacturados — veículos, maquinaria, produtos alimentares transformados, equipamentos eléctricos. É o único país africano individualmente representado no G20 e uma voz de relevo no seio dos BRICS+.

Esta posição está agora sob ameaça estrutural. É profundamente irónico que a própria estratégia comercial da África do Sul se tenha orientado decisivamente para **a ampliação do acesso ao mercado africano**. As exportações de veículos para o continente africano cresceram **12,4% em 2024**; a ZLECAF

oferece à África do Sul acesso a um mercado de 54 países avaliado em 3,4 biliões de dólares. No entanto, a violência xenófoba contra cidadãos africanos corrói precisamente a boa vontade, as relações diplomáticas e a solidariedade pan-africana de que depende o alargamento desse acesso ao mercado africano.

3.3 O dividendo democrático em jogo

A xenofobia, tal como evoluiu na África do Sul, constitui uma ameaça directa à democracia constitucional liberal do país. A normalização da aplicação da lei de imigração por grupos de autodefesa — fora de qualquer quadro constitucional, sem supervisão judicial e com a aquiescência da polícia — representa uma erosão fundamental do Estado de Direito. A instrumentalização do sentimento anti-imigrante como estratégia política introduz a lógica da exclusão étnica na política democrática da África do Sul — é precisamente a «linguagem da democracia usada contra a democracia» identificada pelos investigadores.

A ADAFP afirma que a África do Sul não pode construir um continente próspero, integrado e sem fronteiras no âmbito da Agenda 2063 se os desafios socioeconómicos forem deixados a destruir o futuro comum dos africanos que vivem e trabalham de um lado e do outro das fronteiras.

IV. A POSIÇÃO DA ADAFP: A HISTÓRIA E AS LIÇÕES

4.1 A declaração oficial da ADAFP, maio de 2026

Entre 2 e 4 de maio de 2026, a ADAFP emitiu uma condenação continental formal da vaga de protestos anti-imigração e de ataques violentos contra cidadãos africanos na África do Sul. Assinada pelo Secretário-Geral **Eddie D. Jarwolo** e emitida a partir de Casablanca e Joanesburgo, a declaração reflectia o papel da ADAFP como organismo continental fundado nos ideais de liberdade individual, justiça social e pan-africanismo. A ADAFP expressou a sua «profunda decepção» perante a crescente hostilidade em relação aos migrantes africanos.

A declaração avançava três argumentos fundamentais. Primeiro, que a África do Sul tem o direito e a responsabilidade de fazer cumprir a legislação de imigração — mas que a violência dos grupos de autodefesa não constitui aplicação legal da lei. «A resposta à desordem não são as fronteiras abertas nem a violência dos grupos de autodefesa, mas sim a aplicação legal, transparente e humana da lei.» Segundo, que culpar os migrantes pelo desemprego, pela criminalidade e pelas falhas na prestação de serviços é insustentável. Terceiro, que os líderes africanos devem abordar as questões estruturais que alimentam o sentimento anti-imigrante, em vez de as explorar para fins políticos.

De forma crucial, a declaração retirou lições da história. A ADAFP referenciou especificamente **a Ordem de Conformidade dos Estrangeiros do Gana de 1969 e a expulsão pela Nigéria em 1983** de migrantes em situação irregular — dois episódios que resultaram em devastadoras consequências humanitárias e económicas para os países que expulsaram. A África do Sul não deve repetir estes erros históricos.

4.2 A declaração da ADAFP por ocasião do Dia de África e a Revista de Integração Africana, maio de 2026

Por ocasião do Dia de África (25 de maio de 2026), a ADAFP publicou a **primeira edição da Revista de Integração Africana**. O Presidente da ADAFP e líder da BOSA, **Dr. Mmusi Maimane**, proferiu um importante discurso em Constitution Hill, em Joanesburgo, intitulado «*A África do Sul, África e o futuro da migração: responder à xenofobia com direito, liderança e visão continental.*»

Na Revista de Integração Africana, a ADAFP apresentou uma agenda ambiciosa para estabelecer um mercado africano unificado até **2031** e abolir os requisitos de visto para todos os africanos que se deslocam em África até **2031**. A ADAFP saudou a **República do Togo, o Gana e a República do Congo** pela sua decisão de suprimir os requisitos de visto para todos os cidadãos africanos — um modelo concreto a seguir por outros.

4.3 A posição da ADAFP sobre a livre circulação como valor liberal

O compromisso da ADAFP com a livre circulação de pessoas em África é um princípio liberal e pan-africano fundador. A liberdade individual de circulação — incluindo a liberdade de procurar melhores oportunidades económicas além-fronteiras — é um direito humano fundamental e o alicerce do dinamismo económico: **a mobilidade de trabalho, a transferência de conhecimento, o empreendedorismo transfronteiriço e a polinização cruzada de culturas e ideias** são a seiva de qualquer espaço económico verdadeiramente integrado.

A ADAFP nota igualmente que a livre circulação de pessoas é uma **obrigação jurídica** à qual os Estados membros da União Africana se comprometeram formalmente no âmbito do Protocolo da UA sobre a Livre Circulação. A falta de ratificação e de implementação significativa deste protocolo pela África do Sul representa um desfasamento significativo entre os seus compromissos internacionais e a sua prática política interna.

V. O ARGUMENTO PELA INTEGRAÇÃO AFRICANA COMO SOLUÇÃO ESTRUTURAL

5.1 Por que razão os muros e as deportações não podem funcionar

A resposta política instintiva à xenofobia — controlos fronteiriços mais rígidos, deportações em massa, muros — não é apenas moralmente problemática; é economicamente contraproducente e estrategicamente autossabotadora, em particular para um país como a África do Sul.

A África do Sul partilha longas fronteiras porosas com o Zimbabué, Moçambique, o Botswana, o Lesoto, a eSwatini e a Namíbia. Os factores estruturais da migração — pobreza, conflito, falta de oportunidades nos países vizinhos — não são atenuados pelas operações de deportação; apenas redirecionam os fluxos. Todos os países que tentaram a expulsão em massa de africanos estrangeiros — o Gana em 1969, a Nigéria em 1983 — sofreram consequências económicas significativas.

5.2 A integração africana: o argumento económico para a África do Sul

A integração africana — especificamente a implementação plena e acelerada da Zona de Livre Comércio Continental Africana (ZLECAf), do Protocolo da UA sobre a Livre Circulação, do Mercado Único de Transporte Aéreo Africano e iniciativas conexas — oferece à África do Sul o caminho mais credível para o crescimento económico sustentado necessário para combater o desemprego e as desigualdades.

A modelização é inequívoca. No cenário de plena ZLECAf, **o comércio total da África do Sul como percentagem do PIB** deverá aumentar de 57% em 2023 para **72% até 2043**. O PIB da África do Sul seria **9% maior até 2043**, equivalente a **54 mil milhões de dólares adicionais**, com o PIB per capita a subir para aproximadamente **15 600 dólares**. A ZLECAf tem o potencial de aumentar o PIB de África em cerca de **141 mil milhões de dólares**, impulsionar o comércio intra-africano em aproximadamente **276 mil milhões de dólares (um aumento de 45%)**, e retirar mais de **30 milhões de africanos da pobreza extrema** até 2043.

No cenário da ZLECAf, o PIB da África do Sul será 9% maior até 2043 — 54 mil milhões de dólares adicionais. É este dividendo económico que a xenofobia está a colocar em risco.

5.3 A integração aborda as causas profundas da migração

O ensinamento mais profundo da investigação sobre a migração africana é que **a livre circulação de trabalho e o desenvolvimento de oportunidades económicas regionais são complementares, e não contraditórios**. À medida que a ZLECAf impulsiona o desenvolvimento industrial, a criação de emprego e o crescimento do rendimento em todo o continente, o volume de migração irregular e desesperada diminui naturalmente. A experiência da União Europeia ilustra claramente este padrão. África deve construir a sua própria versão desta convergência.

5.4 A integração e o dividendo democrático

Para além da economia, a integração africana é o antídoto mais poderoso disponível às dinâmicas políticas que produzem a xenofobia. Quando os países africanos estão inseridos em relações económicas e políticas

vinculativas, a desumanização do «estrangeiro» torna-se politicamente mais difícil e menos rentável eleitoralmente. A arquitectura da integração fornece igualmente quadros institucionais de responsabilidade: uma África integrada dispõe de mais ferramentas para responder colectivamente a um Estado membro que viola sistematicamente os direitos de outros africanos.

VI. RECOMENDAÇÕES

A ADAFP formula as seguintes recomendações dirigidas a cada um dos actores-chave na crise xenófoba na África do Sul e no projecto de integração continental.

6.1 À BOSA (Build One South Africa) — principal membro sul-africano da ADAFP

- **Manter e aprofundar o seu compromisso explícito com o Ubuntu e a não discriminação** como valores fundamentais do partido, incluindo no contexto da coligação Unite for Change e das eleições autárquicas de 2026. A xenofobia não deve ser apaziguada por vantagens eleitorais.
- **Desenvolver uma plataforma política abrangente e integralmente orçamentada sobre imigração**, que distinga claramente a aplicação legal da lei de imigração, o vigilantismo inconstitucional e a contribuição económica positiva dos cidadãos africanos. De forma crucial, enquadrar o plaidoyer para a integração em torno dos **empregos e das receitas fiscais sul-africanas em primeiro lugar** — tornando claro que a ZLECAf é a estratégia de crescimento da África do Sul e não uma concessão a terceiros.
- **Liderar a campanha pela ratificação e implementação por parte da África do Sul do Protocolo da UA sobre a Livre Circulação**, tornando-o uma prioridade legislativa emblemática na Assembleia Nacional.
- **Activar o Think Tank da ADAFP na Universidade de Joanesburgo**, sob a direcção do Dr. Khulu Mbatha, para produzir investigação rigorosa e acessível sobre a contribuição económica dos migrantes africanos para a África do Sul — contrariando as falsas narrativas com dados cientificamente credíveis.
- **Convocar um diálogo nacional** sob a liderança da BOSA — reunindo a sociedade civil, organizações da diáspora africana, o sector empresarial e o meio académico — para construir um consenso sul-africano a favor de uma abordagem humana, legal e orientada para a integração em matéria de migração.

6.2 Aos partidos democráticos e liberais da África do Sul (incluindo a Aliança Democrática e a GOOD)

- **Condenar formal e publicamente** a Operation Dudula, a March and March e qualquer outra organização que recorra à violência ilegal, à intimidação ou a bloqueios para aplicar políticas anti-imigrante — independentemente do seu apoio eleitoral ou popularidade.
- **Recusar adoptar uma retórica anti-imigrante** para fins eleitorais. A tentativa de conquistar eleitores da Operation Dudula com uma linguagem dura sobre imigração deve ser resistida como algo simultaneamente contrário aos princípios e, em última análise, contraproducente.
- **Construir uma coligação de oposição pela governação constitucional**, tornando a protecção dos direitos constitucionais de todas as pessoas na África do Sul — independentemente da nacionalidade — uma prioridade partilhada da plataforma.
- **Defender a implementação da ZLECAf** como prioridade económica, e utilizar a posição da DA e da GOOD no Governo de Unidade Nacional para defender um Plano de Acção Nacional sobre Xenofobia verdadeiramente baseado em dados.
- **Envolver-se com a ADAFP e a Rede Liberal Africana** para coordenar a defesa ao nível continental dos direitos dos cidadãos africanos e para o avanço da integração africana.

6.3 Às organizações de direitos humanos e da sociedade civil sul-africanas

- **Continuar e expandir a documentação dos incidentes xenófobos**, publicando relatórios regulares e acessíveis que responsabilizem o Estado pela sua resposta à violência e discriminação contra os migrantes.
- **Contestar, por via judicial, a cumplicidade do Estado** na violência xenófoba — incluindo o acordo entre o SAPS e a March and March para não aplicar a lei, e a falta de processos criminais contra os autores de ataques documentados.
- **Construir pontes com as comunidades da diáspora africana e as suas congéneres da sociedade civil nos países de origem**, criando uma rede continental da sociedade civil capaz de amplificar a defesa dos direitos para além das fronteiras da África do Sul.
- **Envolver-se em educação pública proactiva** — nas escolas, universidades, rádios comunitárias, redes sociais — para contrariar as falsas narrativas sobre a migração.
- **Defender a ratificação pelo governo sul-africano do Protocolo da UA sobre a Livre Circulação** e um sistema de imigração transparente, justo, gerido digitalmente e acessível.

6.4 Ao governo sul-africano

1. **Estabelecer uma responsabilização genuína pela violência xenófoba.** Os autores de ataques violentos contra migrantes devem ser processados judicialmente. Os polícias que extorquem migrantes ou não cumprem a lei devem sofrer consequências. A impunidade é o principal motor do ciclo de violência.
2. **Retirar formal e inequivocamente toda a legitimidade às organizações de autodefesa anti-imigrante**, recusando reunir-se com elas como se fossem partes interessadas políticas legítimas, e reafirmando publicamente que o controlo da imigração é uma função exclusiva do Estado.
3. **Digitalizar e modernizar integralmente a administração da imigração** da África do Sul — pedidos online, registo biométrico, prazos de tramitação claros e tolerância zero para a corrupção no Departamento dos Assuntos Internos. Um sistema funcional reduz a migração irregular; um sistema defeituoso produz-a.
4. **Financiar e implementar um Plano de Acção Nacional credível e baseado em dados sobre a xenofobia** — que afecte recursos reais, estabeleça indicadores de desempenho claros e esteja sujeito a monitorização independente pela sociedade civil e pelas instituições do Capítulo 9.
5. **Ratificar e implementar o Protocolo da UA sobre a Livre Circulação**, começando por acordos-piloto com os Estados membros da SADC.
6. **Tornar a implementação da ZLECAf uma prioridade económica nacional**, incluindo calendários completos de redução tarifária e a promoção das empresas sul-africanas — em particular as PME — nos mercados africanos.
7. **Encomendar uma auditoria económica nacional da contribuição dos migrantes africanos** para a economia da África do Sul e publicar amplamente os resultados. Os dados precisos são o antídoto às falsas narrativas.

6.5 À União Africana

- **Invocar os mecanismos de revisão pelos pares e diplomáticos da UA** para envolver formalmente a África do Sul quanto ao seu cumprimento da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e do Protocolo Continental sobre a Livre Circulação.
- **Acelerar o estabelecimento da infra-estrutura operacional da ZLECAf** — incluindo o PAPSS, o Banco Africano de Investimento e os mecanismos de facilitação do comércio.

- **Reforçar o quadro continental de protecção dos africanos que vivem e trabalham além-fronteiras**, nomeadamente através do Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos.
- **Lançar uma campanha continental de educação pública sobre a identidade africana, a migração e a integração**, promovendo a narrativa positiva de uma África que se move, comercia e prospera em conjunto.
- **Acelerar a ratificação e implementação do Protocolo da UA sobre a Livre Circulação** por todos os Estados membros, com a África do Sul como caso prioritário.

6.6 Aos chefes de Estado e de governo africanos

- **Falar a uma só voz** na próxima Cimeira da UA, condenando formalmente as violências xenófobas contra cidadãos africanos na África do Sul.
- **Resistir à tentação de recorrer à alavancagem económica punitiva** contra a África do Sul. O envolvimento diplomático, coordenado através da UA, é o mecanismo apropriado e mais eficaz.
- **Investir no desenvolvimento das economias dos seus próprios países**, reconhecendo que o desenvolvimento económico nacional reduz o volume da migração desesperada.
- **Defender a ZLECAf** nos seus países e em todo o continente, argumentando que uma África mais integrada é uma África mais próspera para todos, incluindo os sul-africanos.
- **Envolver-se com a oposição democrática e liberal da África do Sul** — em particular a BOSA e a aliança ADAFP — como parceiros na construção da coligação política à escala continental necessária para fazer avançar a integração e combater a xenofobia.

VII. CONCLUSÃO

A xenofobia na África do Sul não é uma consequência inevitável da migração. É o produto de falhas de governação, exploração política, desigualdade económica e normalização do bode expiatório — todos susceptíveis de ser alterados. Mas não podem ser alterados por muros, deportações ou pela acomodação da política dos grupos de autodefesa. Só podem ser alterados pela boa governação, por uma liderança política honesta, por um sistema de imigração funcional e gerido digitalmente, e pelo aprofundamento progressivo da integração africana.

O argumento em favor da integração africana não é um apelo moral à generosidade sul-africana. É um argumento económico sólido: 54 mil milhões de dólares de PIB adicional, milhões de empregos e as receitas fiscais necessárias para financiar as escolas, os hospitais e os serviços de que os sul-africanos necessitam. É também um argumento constitucional e civilizacional, ancorado nos valores de dignidade humana e Ubuntu que a África do Sul consagrou nos seus documentos fundadores e na sua identidade nacional.

O Ubuntu não se detém na fronteira. Uma África do Sul que verdadeiramente vive os seus próprios valores — que vê em cada migrante africano um vizinho, um ser humano e um parceiro no projecto africano comum — é uma África do Sul que será mais forte, mais próspera e mais segura. O caminho da integração, da solidariedade e da prosperidade partilhada conduz à África que a Agenda 2063 vislumbra: um mercado, um povo, um futuro.

A ADAFP apoia firmemente aqueles na África do Sul — no governo, na oposição, na sociedade civil e nas comunidades — que lutam para defender estes valores. E apelamos a cada governo africano, à União Africana e à comunidade internacional que os apoie.

«A África não pode prosseguir com êxito a unidade económica enquanto africanos vivem com medo noutros países africanos.» — Declaração Continental da ADAFP sobre a Xenofobia, maio de 2026

REFERÊNCIAS SELECIONADAS

1. Comissão da União Africana. **Agenda 2063: A África que Queremos**. Adis Abeba: Comissão da UA, 2015.
2. Afreximbank. **Relatório sobre o Comércio Africano 2024**. Cairo: Afreximbank, 2024.
3. Brookings Institution. «O futuro do comércio africano na era da ZLECAf.» **Foresight Africa 2024**. Washington, D.C.: Brookings, 2024.
4. Chisadza, C. «Xenofobia e qualidade de vida: dados da África do Sul.» **Social Forces** (2025).
5. Comissão Económica para África. **Relatório Económico sobre África 2025: Fazer avançar a implementação da ZLECAf**. Adis Abeba: UNECA, 2025.
6. Ferreira, S. e Perks, M. «A xenofobia como factor impeditivo da economia turística da África do Sul.» **African Tourism Research** (2016).
7. ISS African Futures. **Cenários de desenvolvimento da África do Sul: análise do cenário ZLECAf**. Pretória: ISS, 2025.
8. Lawyers for Human Rights, CIJ e outros. «Declaração sobre a condenação da xenofobia pelo Presidente sul-africano.» Joanesburgo, junho de 2026.
9. Mbatha, K. (Dr.). **Coordenação da investigação, Think Tank da ADAFP, Universidade de Joanesburgo**. Joanesburgo, 2026.
10. Selelo, O.T. «Uma abordagem sistémica para mitigar a xenofobia na África do Sul.» **Systems Research and Behavioral Science** (2026).
11. South African Tourism. **Relatório Anual de Turismo 2025**. Pretória: SA Tourism, 2025.
12. Southern African Migration Project (SAMP). **Migração e xenofobia na África do Sul**. Cidade do Cabo: SAMP, 2004.
13. Statistics South Africa. **Inquérito Trimestral à População Activa T4 2025**. Pretória: Stats SA, 2025.
14. Trimikliniotis, N., Gordon, S. e Zondo, B. «A violência xenófoba como empresa política.» **Political Geography** (2022). doi:10.1080/14650045.2022.2078707.
15. CNUCED. **Relatório sobre o Desenvolvimento Económico em África 2024: Libertar o Potencial Comercial de África**. Genebra: CNUCED, 2024.
16. Universidade de Joanesburgo. **Impacto da xenofobia no sector turístico sul-africano**. Joanesburgo: UJ, 2024.
17. Banco Mundial. **Africa Pulse** (2024). Washington, D.C.: Banco Mundial, 2024.
18. Xenowatch / Mobility Governance Lab. **Xenofobia na África do Sul: cumplicidade do Estado com gangues e grupos de autodefesa**. Joanesburgo, junho de 2026.
19. ADAFP. **Declaração oficial sobre os protestos anti-imigração e a violência xenófoba na África do Sul**. Casablanca/Joanesburgo: ADAFP, maio de 2026.
20. ADAFP. **Declaração por ocasião do Dia de África 2026**. Joanesburgo: ADAFP, 25 de maio de 2026.
21. ADAFP. **A Revista de Integração Africana — Primeira Edição**. Joanesburgo: ADAFP, 25 de maio de 2026.
22. ADAFP. **Relatório Anual sobre Segurança e Democracia em África 2026**. Joanesburgo: ADAFP, 2026.
23. Maimane, M. (Dr.). «A África do Sul, África e o futuro da migração: responder à xenofobia com direito, liderança e visão continental.» Discurso por ocasião do Dia de África, Constitution Hill, Joanesburgo, 25 de maio de 2026.